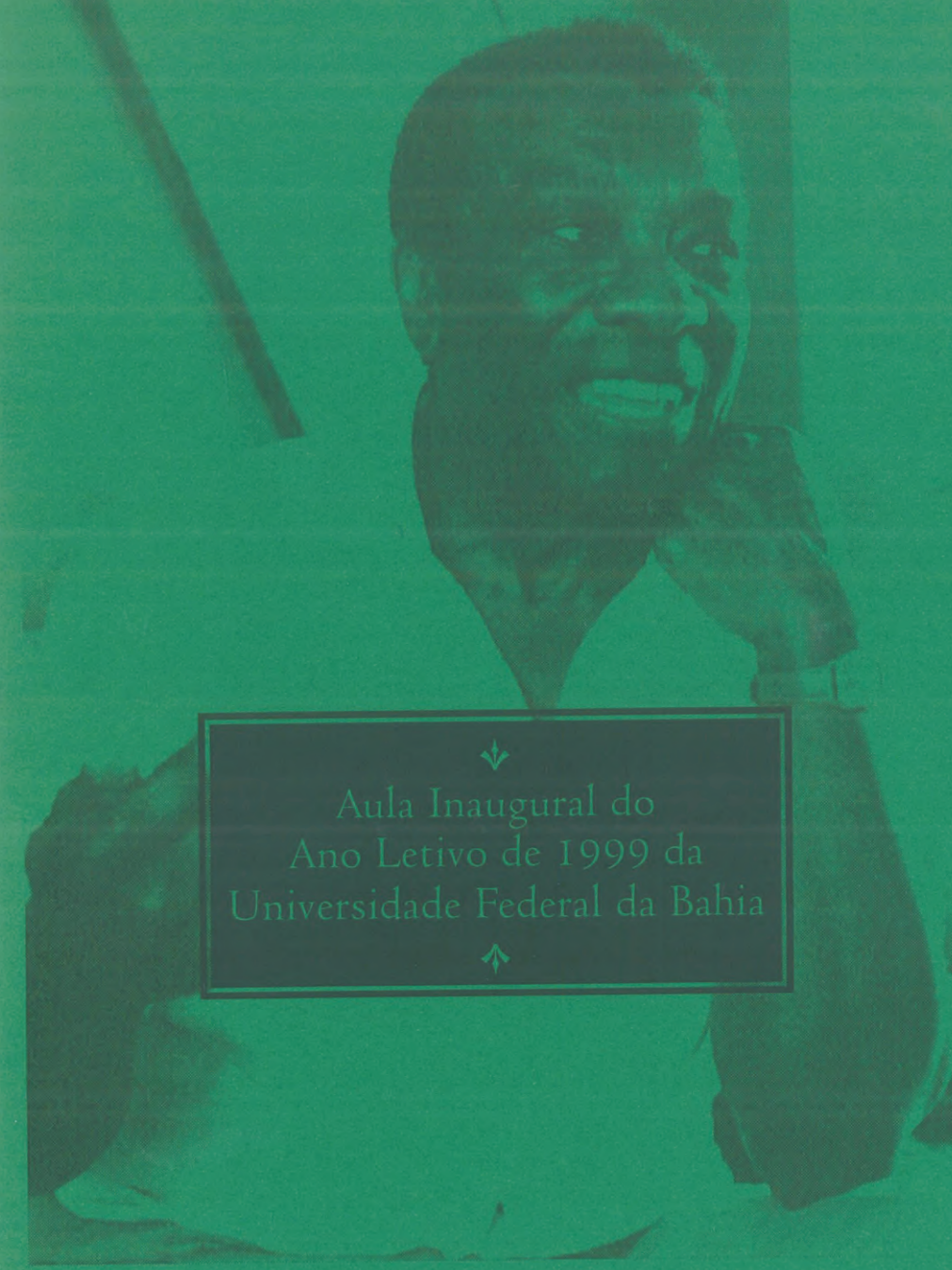


Seminário Milton Santos e o Brasil
Salvador, 17 a 19 de julho de 2002



↓
Aula Inaugural do
Ano Letivo de 1999 da
Universidade Federal da Bahia
↑

AULA INAUGURAL DO ANO LETIVO DE 1999 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Professor Milton Santos
Doutor Honoris Causa da UFBA

Magnífico Reitor desta Universidade, Prof. Heonir Rocha,
Membros do Conselho Universitário,
Autoridades presentes,
Meus colegas,
Senhores estudantes,
Meus senhores, minhas senhoras:

Não podia eu desejar honra mais excelsa que a de vir aqui participar da mais importante festa que uma universidade pode ter: a festa simbólica da sua abertura, o encontro de gerações que chegam e daquelas que jamais abandonam a universidade, o próprio símbolo da vida acadêmica, a preservação do que foi construído pela sociedade, através da cultura, e a redescoberta da sociedade, ela própria fez tudo.

Eis por que me considero extremamente honrado e privilegiado pela oportunidade que o reitor Heonir Rocha me ofereceu, erguendo-me a esta alta tribuna. E para falar de Salvador, que representa também isto, lugar que caldeou o passado, mas quer participar ativamente da produção do futuro do país no qual a universidade, se souber e quiser, poderá ter um papel central.

Salvador atravessa os séculos respondendo aos desafios do mundo enquanto fortalece a sua originalidade. Essa originalidade lhe vem da síntese entre os chamados do mar, oceano ou baía, de onde lhe retiram o nome, e a fortuna e o apelo do continente no qual iria se firmar sua vocação. É o universo, mas sua âncora, é a terra na qual deitou raiz.

Nasce Salvador há quatro séculos e meio, como uma planta transplantada para estender além-mar a presença portuguesa e européia, mas, na verdade, é o mundo que se instala na península, transportando, de modo original e surpreendente, a um outro quadro natural, uma inédita mistura de plantas, animais e homens, línguas, religiões, culturas, sistemas de vida, um hibridismo singular que, participando do projeto capitalista, iria marcar com a sua vocação dialética toda a história do lugar.

Salvador nasce múltipla e desse modo evolui, secretando na alegria e na dor sua unidade contraditória. Salvador península, ela é mar e ela é terra. O mar é baía e oceano. O oceano é o mundo servo e dominador cujos ímpetos são temperados pelo golfo que é lugar de abertura e é amarra, é porta e é porto.

A história baiana do mar-oceano acaba por depender do fluxo e refluxo das águas continentais e do trabalho local, terra adentro. Salvador, Roma negra com as 365 igrejas das alegorias e canções, é temente a Deus, nos templos e nos atos públicos, mas aceita ser escravocrata e cruel no trabalho e nas relações sociais. Empório colonial, capital de um império alheio, Salvador é matriz de uma nova cultura representada por um discurso letrado menor que a sua história e uma sabedoria maior que seu discurso letrado. Ela viverá dentro dessa contradição: cidade de boas maneiras que se dá como ambígua no cotidiano amestrado, instruída para ser o que ela não é e, ao mesmo tempo, lugar de resistência e de descoberta, iluminado viverá, mas nem sempre encontra como se exprimir, isto é, como iluminado e como verdadeiro.

Salvador nasce planejada. Um plano que ignora as condições ambientais e quer reproduzir um modelo imperial. Cresce depois espontaneamente, como tanto escreveram os historiadores, mas essa espontaneidade é o resultado de um jogo de forças a pouco e pouco transformando um sítio natural em um sítio social que, ao mesmo tempo, une e separa as pessoas e vai constituir, ao longo dos séculos, a garantia da separação.

A cidade se desenvolve pondo as pessoas nos seus lugares – aliás essa é uma expressão bem baiana -, nos seus lugares geográficos e nos seus lugares sociais. Mais recentemente, Salvador retoma o projeto trazido por Tomé de Souza, mas a planificação adotada para esta cidade é uma planificação seletiva, apenas para as atividades e os grupos dominantes. O resto é o grosso da população, é deixado à espontaneidade, que agora também se chama *jogo de mercado*, cientificamente ajudado pelo poder público.

Salvador, como todas as cidades, tem um corpo e tem uma alma. O corpo é mais vulnerável às exigências dos sucessivos novos tempos, jungido aos imperativos das relações econômicas e pode renovar-se sem submeter-se ao passado. O que chamamos de alma responde aos apelos das heranças e das construções emocionais intelectuais contemporâneas. Juntos constituem a própria cultura do lugar, a sua identidade.

Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando porém sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras. Pode-se, desse modo, falar assim em geógrafo, em baiano, em homem que quer ser intérprete de seu tempo, de uma cultura das cidades, de uma cultura desta cidade de Salvador.

A cultura é, ao mesmo tempo, uma imagem projetada do mundo e de cada eu. Ela é também um traço de união entre cada qual, a interioridade, o lugar, a exterioridade imediata da natureza, ou melhor, do espaço geográfico, do trabalho, das normas e o mundo – relações mais amplas, longínquas e profundas, um certo sentido de abrangência maior no tempo, a história, a continuidade e, nos passos, a interdependência atual das coisas que existem.

A cultura, inspiradora e legitimadora de comportamentos, por conseguinte matriz da política, tem um papel essencial na produção do consenso, guiando a vida em comum, amparando os projetos comuns de gestação endógena ou exógena, os projetos comuns, desejados ou impostos, e os caminhos feitos em comum apesar das diferenças individuais e sociais. As idéias de razão, de certo e de errado, de comportamento politicamente correto, que embasam a produção do consenso, estarão sempre sujeitas a caução, na medida em que tal consenso supõe, da parte de alguns, olvidos ou renúncias quanto a posições, interesses e, da parte de outros, simplesmente submissão, de modo que se estabeleça um dado conjunto de normas.

A cidade da Bahia nasce para ser um lugar multicultural. Como, todavia, deve perseguir, de modo unitário, o capitalismo e a colonização, a essas leis devem submeter-se todos. A coisa era fácil porque aos condutores intelectuais do processo cabia o uso da força e, aos demais, obediência servil, mas cada qual era portador de uma cultura. Salvador nasce, então, dentro dessa contradição, todavia apontada como evidência de concórdia e, com ela, evidência de concórdia falsificada e contradição, clara, verdadeira, permanente. Salvador devia atravessar os séculos.

Detenhamo-nos um pouco nessa formidável oposição entre uma cultura tornada dominante e uma cultura dominada.

No primeiro caso, trata-se da imposição de um racionalismo transplantado, tornado ainda mais abstrato face às realidades de um outro entorno e de um outro trabalho, em terra desconhecida. Seus portadores, todavia, acreditavam-se arautos, na verdade, e dispunham dos meios para impor tal verdade: meios materiais, a força militar, a legislação, o comércio, o dinheiro, e meios intelectuais, a religião e as letras. Os outros pensavam errado. Os negros, nem pensavam. Os índios defrontam-se, de um lado, com esse pretensão acerto no pensar, buscado numa construção artificial, um racionalismo puramente intelectual, escorado nos interesses da produção e, de outro lado, com uma razão existencial amparada pela verdade do existir, isto é, a experiência do trabalho e das relações empíricas resultantes.

Mas, enquanto a primeira se exprimia nos discursos dos letrados, a segunda devia ocultar-se, enquanto publicamente mostrava aquiescência com a primeira. Daí a geração de sincretismos e também de mitos difundidos, estes como discursos hegemônicos das relações harmoniosas: a hipócrita canonização da mãe preta, a história boba do pé na cozinha, a cordialidade, a miscigenação social, um discurso moral e um comportamento utilitário, a ética rebaixada a moralismo, o discurso civilizatório e prática bárbara.

A situação atual é tanto um resultado da produção econômica como da produção intelectual da cidade e aí entravam, no passado, os letrados e agora entra a universidade. Instalam-se recentemente novas situações com a irrupção da cultura de massa e a chegada do mundo do consumo.

Uma nova dialética se estabelece entre uma representação do mundo e a cultura popular. Já agora, os protagonistas ganham uma outra definição: os pobres que se multiplicam já não são mais incluídos, eles são marginalizados, e a expressão é cunhada pela academia e difundida pelos organismos internacionais. Marginalizados desejam deixar essa condição e por isso são também aprisionados pelo consumo. A classe média de intelectuais, funcionários e proprietários deve, a partir de um certo momento, dividir essa denominação com os profissionais emergentes, preparados para as novas tarefas exigidas.

São concepções existenciais diferentes, talvez opostas, e ocupam, nas cidades, lugares distintos: lugares geográficos distintos, lugares sociológicos distintos, lugares filosóficos distintos. Agora, as classes dominantes, servidas pelas novas idéias de crescimento e pela força da publicidade e da informação, já não necessitam da proximidade para persuadir e vigiar cada quarteirão da sociedade. Agora, a base do poder e a produção do consenso situam-se em relações abstratas simbólicas mais impessoais e distantes, superpostas à herança do clientelismo e do paternalismo característico da fase anterior.

Uma nova cultura dominante está na esfera do pensamento letrado e oficial. A velha *Europa, França e Bahia* é refeita para incluir a influência norte-americana e rejuvenescer a antiga vocação de uma epistemologia equivocada. Teorias como as das ruralizações urbanas, da estreiteza de vistas dos pobres e da falta de visão do futuro de parte dos pobres instalam-se na academia e deformam a visão de nós mesmos.

Essa nova cultura dominante reforça a norma culta, a pretexto de ajudar a remeter a Bahia à modernidade para fugir ao subdesenvolvimento. Recriam-se *slogans* que apresentam como selvagem o que é profundo, que explicam os pobres como ao mesmo tempo inimigos do progresso, incapazes de com ele conviver, e descrevem a sabedoria dos baianos como uma marca de atraso.

Agora, uma nova dialética, com a globalização, se instala: entre cultura dominante, uma cultura de massa, e a cultura popular. E o consumo produz efeitos contraditórios: de um lado, ele acorrenta as pessoas ao seu chamado de comando, mas, de outro lado, as inclui na necessidade da informação, abrindo horizontes. O exemplo dos outros, já que vivemos juntos, ajuda a descobrir e a ressignificar a pobreza e a escassez e também se afirma, segundo outros moldes, a antiga oposição entre o mundo e o lugar.

A informação, ainda que nos seja servida de modo enviesado, deliberadamente enviesado, que é o papel da mídia nesse fim de século, ainda que, em vez de apresentar o cinema do mundo, se reduza a mostrar *flashes*, permite que se veja, aqui e ali, uma nesga de verdade, uma possibilidade de referência ao mundo como relação. No momento em que a história se acelera, permite também uma suavização.

Como uma situação crítica e um processo crítico, o problema está em como passar de uma situação crítica a uma visão crítica: esta tomada de consciência para a qual a universidade está em condição seja de exercer o seu dever perante a sociedade, seja de continuar propondo teorias e descrições que são insuficientes para dar conta do movimento do mundo da sociedade brasileira e desta cidade do Salvador.

Há que partir da existência, a existência como pedagogia, que é uma existência paradoxal e aí o papel do lugar avulta porque a sua história não se dá apenas como os passos vividos, mas os passos de vida. Os passos de vida são o da experiência sempre renovada, essa experiência existencial que deveria ser o fundamento da nossa teorização ao invés de estarmos, como continuamos fazendo, copiando de fora sugestões para encontrar a interpretação do que somos; que permita a reavaliação das heranças e a indagação serena e exaltada, sempre que necessário, sobre o presente e sobre o futuro.

A existência, em um dado espaço, tem sempre um papel revelador. Esse papel é, nos dias de hoje, exercido sobretudo pelos fracos e não pelos fortes, pelos pobres e não pelos ricos porque os pobres são produtores, difusores, renovadores de uma cultura independente que, ancorada no cotidiano vivido, no lugar, uma cultura, repito, independente, considerada como selvagem porque não domesticada, e criada em lugares selvagens.

Mais recentemente, essa cultura local, que é também universal, gestada pelo povo de baixo, ou sob a sua inspiração, encontra os instrumentos da sua difusão. Ela era local, torna-se universal e é por isso que ela acaba podendo ser exportada e retira, curiosamente, daí, a sua legitimação dentro de casa. Ela acaba sendo internamente aceita como símbolo, ganha autonomia rebelde em relação à norma culta. A cultura oficial a passa e esse é o caso emblemático da Bahia: a cultura popular que afinal passa a representar toda a sociedade.

É uma espécie de revolução silenciosa: interrompe-se, de agora por diante, a renovação do velho consenso com a dialética da globalização: mundo, lugar, abundância, carência e visibilidade maior. Dessas contradições, os pobres descobrem que não se podem ipanemizar. Agora que ele sabe o valor da saúde impossível e da educação improvável, dos novos consumos cada vez mais distantes.

Com todas as ondas de crescimentos da economia brasileira, as pessoas que tinham um papel importante a desempenhar na política, tanto que eram elas a classe média, a base dos partidos, que dominavam a política brasileira, descobrem, de um dia para noite, como está descobrindo, que já não podem mandar os filhos para as melhores escolas que já não podem cuidar da saúde, que já não podem envelhecer dignamente. Descobrem também que não têm nem poder e nem papel político. Essa a formidável metamorfose das classes médias: o papel fundamental na criação de uma outra interpretação da sociedade na medida em que nós, os letrados, ou somos dessa classe média ou a ela chegamos ou pretendemos a ela chegar. Os pobres, paralelamente, que foram incluídos, depois foram marginalizados, agora são excluídos e sabem disso, todos sabemos, e as classes médias descobrem a sua real situação.

A Bahia tem sobre o Brasil do sul e do sudeste a enorme vantagem de haver retardado o seu processo de industrialização. Este é um traço da história da Bahia que não creio tenha sido suficientemente explorado

Afrânio Coutinho, brincando, dizia que a Bahia era a última das ilhas depois que o arquipélago brasileiro se dissolveu com integração dos transportes do mercado, mas a Bahia continuava sendo essa ilha cultural, resistindo as influxos da civilização industrial, isto é, resistindo à aceitação das diversas formas de pragmatismo, tanto nas relações interindividuais como nas relações sociais, como na produção da cultura, como na produção do consenso.

É daí que vem a riqueza da Bahia: dessa cultura baiana que adentra o período da industrialização, permanece forte, unindo os baianos e fazendo deles capazes de se oferecer ao país como a terra na qual a cultura é um resultado da terra e dos seus homens. É assim que a Bahia ganha um passaporte e renova um passaporte para a autenticidade frente aos ventos brutais de mudanças que sobravam.

Uma palavra sobre o turismo. Ainda estão por ser feitas as contas do que representa a abertura turística. Será desigual a medida da troca: a cidade conquista por sua cultura, mas conquista vendendo, conquista vendendo-se. A cidade também assim descobre que ela é também mundo, isto é, que, como mundo, pode envolver e dominar. Com o turismo, nós, baianos, praticamos também o sorrir amável impiedoso. Quando mostramos a vida baiana ou dizemos ser a vida baiana aos que passam e também, sobretudo, quando de um lado recriamos as tradições, mas sobretudo quando inventamos, o que parece ser a enorme contribuição da Bahia à história do presente, esse contínuo inventar de tradições que mesmo os homens como eu, que não são assim tão velhos, facilmente reconhecem, essa é a nossa contribuição.

A definição do turista como imbecil embasbacado, todavia contente e agradecido por haver aprendido e por haver sido enganado, valem o *glamour*, a displicência, a mescla de orgulho e de ironia na baianidade.

Permitam-me insistir sobre esses dois pólos da produção e da representação da cultura: de um lado, o trabalho das coisas, de outro lado, o trabalho das idéias, outra vez para insistir em nossas responsabilidades. A cultura, através do consenso, produziu uma política. A universidade aderiu a esse processo e dela acabou vítima.

É tempo de a universidade, a partir do que desejam tantos professores, inverter esse caminho e de impor à política baiana um banho de cultura, um choque de cultura, de forma que, ainda que não queiramos pensar nos pobres, pensando nas classes médias reculturizadas, elas de novo tenham um papel na política, papel que perderam. É o trabalho, examinado filosoficamente, que permite entender esse processo cultural baiano que é também um processo fundamental na formação e na deformação, na consciência: o trabalho escravo, o uso legitimado à força, o consenso obrigado, o emprego, o consumo, o crédito à força do enquadramento, o consenso cooptado, o trabalho independente dos pobres a que chamei de circuito inferior da economia, mas que a universidade preferiu chamar de setor informal.

É nesse curso inferior que é, na cidade, a ocasião de mais corretamente interpretar a posição do povo de baixo. É assim que se encontram as raízes do dissenso que permitirão, num dia que está próximo, a elaboração de um novo consenso. Vejam aí uma forma de estudar a história da Bahia: pela história da cultura, e uma forma também de estudar a história da cultura.

Agradeço ao Reitor, professor Heonir Rocha, a oportunidade que me trouxe de poder falar, em minha terra, sobre a minha terra, de dizer aqui que esta universidade é a minha *alma mater*, isto é, a minha casa intelectual. Casa intelectual será ela também para todo o sempre: a minha casa ideológica, o lugar maior da minha reflexão, neste dia simbólico em que, envelhecendo, encontramos de novo pessoas que têm 18 anos.

O que é extrema felicidade do professor: todos os anos encontram pessoas que têm a mesma idade, têm a mesma idade, mas são diferentes. Há que interpretá-las, conversar com elas, como elas são, isto é, um produto do seu tempo, imaginando que a forma como interpretamos esse tempo, de forma estática a partir das técnicas, de forma dinâmica, a partir da crítica. Dessa maneira, da nossa conversa dependerá o seu futuro como cidadãos.

É por isso, Magnífico Reitor, que não tenho palavras para lhe agradecer e, se ofereço as palavras que trouxe, que são as minhas de sempre aos jovens, é que com eles me acostumei a conversar apenas olhando para o passado para melhor encarar o futuro.

Boas aulas, muito obrigado.